

# Auditoria do TCDF aprova reinício das obras do metrô<sup>DF</sup>

JORNAL DE BRASÍLIA 10 4 1996

O Tribunal de Contas do DF recebeu ontem à tarde o relatório final da auditoria da Secretaria de Fazenda do GDF nas obras do metrô. Realizada com o apoio da Coordenadoria Especial do Metrô, a auditoria investigou aspectos técnicos, financeiros e administrativos da obra e não aponta nenhuma irregularidade mais séria, além de pontos já levantados pelo TCDF.

O relatório conclui que, com os recursos já assegurados para o metrô em 1996, a obra pode ser reiniciada de imediato e, com isso, o trecho que liga Samambaia, Taguatinga, Águas Claras e Guará ao Plano Piloto entraria em operação já no ano que vem. O perigo de deterioração de equipamento com o prolongamento da paralisação das obras também é destacado no relatório.

Quanto aos recursos para a retomada das obras, a situação é tranquila. A bancada do DF no Congresso Nacional conseguiu aprovar no relatório do Orçamento Geral da União a destinação de R\$ 54 milhões para o metrô de Brasília. O GDF destinou R\$ 27 milhões do seu orçamento para a obra e o BNDES - que financia 50 por cento do empreendimento - se dispõe a repassar aproximadamente R\$ 50 milhões ainda este ano.

Alegando que o relatório da

sindicância é apenas uma contribuição ao TCDF, que acompanha a obra do metrô desde o início, o secretário de Obras, Hermes de Paula, não quis entrar em detalhes sobre o documento, mas disse que espera reiniciar a construção no máximo em 30 dias.

Questionamentos A auditoria abrangeu desde aspectos relativos à obra propriamente dita até o fun-

cionamento da coordenadoria especial do metrô. Um dos pontos pesquisados foram os preços de produtos e serviços realizados no metrô em comparação com similares de obras da Novacap. No início, o metrô tinha 525 itens e hoje este número já chega a 1.639.

A equipe de auditoria pesquisou 14 itens, por amostragem, e concluiu inicialmente que eles estavam 10 por cento acima

daqueles praticados pela Novacap. Um levantamento mais completo junto aos técnicos da Coordenadoria do Metrô indicou que, por se tratar de uma obra de grande porte, é impossível fazer um levantamento de preços meramente individual e que, em alguns itens ou períodos da obra, os preços praticados no metrô estiveram até 20 por cento inferiores àqueles da Novacap.

## Relatório esclarece compra de aço

Outro ponto inicialmente nebuloso e que também foi esclarecido no relatório é com relação a uma compra antecipada de aço modelo CA-50. Suspeitava-se que poderia ter havido pagamento por serviço não executado. Depois de levantar detalhadamente as planilhas de serviços e compras, a auditoria obteve a explicação de que era apenas um procedimento rotineiro em obras de grande porte como o metrô de Brasília.

Por se tratar de grandes encomendas, as construtoras faziam a encomenda direta e antecipadamente às siderúrgicas. Com a interrupção da obra no segundo semestre de 1994, o Consórcio responsável pelo empreendimento pediu a suspensão da entrega por

achar que seria difícil estocar o aço nos canteiros de obras da cidade e que o material sofreria corrosão por ficar exposto ao tempo. O Consórcio se comprometeu a colocar o aço à disposição tão logo haja necessidade, ou seja, a partir do reinício da obra.

Outro aspecto que causou estranheza aos auditores foi a grande movimentação de terra na obra. A disparidade entre a previsão inicial a aquela registrada foi explicada por modificações normais no projeto, como, por exemplo, a criação da cidade de Águas Claras ao longo do trajeto, a trincheira no centro da Ceilândia e a ampliação da área do Complexo de Manutenção de 120 mil metros quadrados para 650 mil metros

quadrados.

Procurado ontem à tarde para comentar o resultado da auditoria, o ex-coordenador adjunto do Metrô, José Gaspar de Sousa, disse que não tinha conhecimento do relatório, mas acreditava que todas as dúvidas suscitadas tinham encontrado explicações suficientes. "Acho importante todo e qualquer acompanhamento de uma obra pública como o metrô, que no seu caso específico, já é objeto de supervisão do Tribunal de Contas do DF desde o início", lembrou José Gaspar. Ele disse que na época da assinatura do contrato para as obras, a Coordenadoria fez uma pesquisa no mercado e os preços do metro estavam 20% abaixo.